

DOSSIÊ

Cadernos de Estudos Sociais e Políticos

INTERFACES ENTRE RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL

v.07, n.12, 2017

Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP)
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

EXPEDIENTE

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos - IESP

CADERNOS DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS

www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/CESP

COMITÊ EDITORIAL

Anna Carolina Venturini, IESP-UERJ

Felipe Munhoz de Albuquerque, IESP-UERJ

Leonardo Nóbrega da Silva, IESP-UERJ

Marcelo Borel, IESP-UERJ

Marcia Rangel Candido, IESP-UERJ

Marina Rute Pacheco, IESP-UERJ

Mariane Silva Reghim, IESP-UERJ

Natália Leão, IESP-UERJ

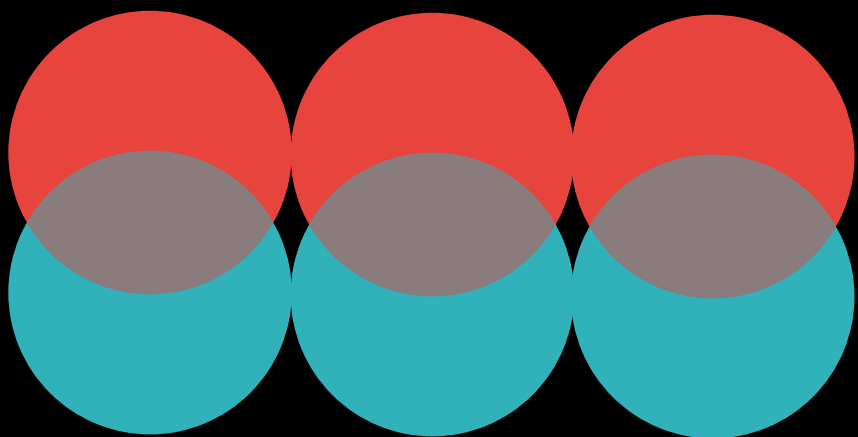
Paulo Joaquim Da Silva Rodrigues, IESP-UERJ

Raul Nunes de Oliveira, IESP-UERJ

CAPA, LAYOUT E DIAGRAMAÇÃO

Marcia Rangel Candido

Raul Nunes de Oliveira



Apresentação

Mariane Silva Reghim

3-5

Dossiê

É Possível Fazer Ciências Sociais sem uma Análise Crítica das Categorias de Diferenciação? Uma Proposição Feminista

6-30

Natália Corazza Padovani

As Perspectivas Teóricas Queer e o Uso Cotidiano da Língua Portuguesa

31-46

Helza Ricarte Lanz e Juliane Noack Napoles

Raça e Violência Sexual: Âmbito de Aplicação da Vitimodogmática?

47-65

Amanda Bessoni Boudoux Salgado e José Roberto Macri Jr.

What Happened with “What Happened, Miss Simone?” – Assistindo ao Documentário Pela Ótica do Feminismo Negro

66-82

Rafael Pinto Ferreira de Queiroz

O Racismo Institucional no Brasil: Contribuições de Louis Althusser para o Debate

83-95

Joyce Amancio de Aquino Alves

Artigos

O Voto Econômico na América Latina entre 2004 – 2012: Avaliação da Economia e do Desempenho do Governo em Políticas Públicas e de Combate à Corrupção

96-130

Flávia Bozza Martins

Eleições Presidenciais de 2014: Reflexões sobre o Capital Político e a Capitalização de Votos de Marina Silva

131-160

Bruno Fonseca Gurão e Mirna Tonus

Resenha

Neoliberalismo Desde Baixo, Pós-Fordismo Periférico e Cálculos Emancipatórios

161-164

Igor Peres

Sobre Autogestão nas Fábricas Recuperadas no Brasil: (R)Existindo no Mercado

165-170

Giulianna Bueno Denari

Neoliberalismo desde baixo, Pós-fordismo Periférico e Cálculos Emancipatórios

Igor Peres¹

GAGO, Verónica. (2014). *La razón neoliberal. Economías barrocas y pragmática popular*. Buenos Aires, Tinta Limón, 320p.

O subtítulo de aparência enigmática do livro da pesquisadora argentina Verónica Gago *La razón neoliberal. Economías barrocas y pragmática popular*, 2014, nos ajuda em realidade a abarcar este trabalho rico em detalhes e incisivo em suas teses. Com o termo “economías barrocas”, a autora busca pensar um “tipo de articulação de economias que misturam lógicas e racionalidades que costumam ser vistas – a partir das teorias econômicas e políticas [tradicionais] - como incompatíveis” (p. 20). Isto é, uma forma específica de pensar todo um conjunto de vínculos sociais cujo cerne aglutinador é o trabalho e que *complicam* a separação estrita entre o formal e o informal.

Com o termo “pragmática popular”, Gago procura entender a contraparte subjetiva que se vincula a esta trama objetiva e complexa que são as economias chamadas barrocas: “trata-se sobretudo de pensar, sem recorrer à moral, certos focos de experiência e questionar a aplicação de racionalidades externas ao seu próprio taticismo” (p. 22). Como cumprir dito programa de pesquisa? Para fazê-lo, Gago pensa um território urbano em suas conexões e complexidades, desafiando leituras espaço-temporais mais corriqueiras, ao desenvolver uma cartografia onde a *fronteira* é a perspectiva dominante. Não é à toa que todos os títulos dos capítulos do livro – seis, excluídos “introdução” e “final” – principiêm com o vocábulo “entre”: “Entre a microeconomia proletária e a rede transnacional: a feira ‘La Salada’”, “Entre ‘La Salada’ e o ‘taller’: a riqueza comunitária em disputa”, “Entre a servidão e a nova empresarialidade popular: o ‘taller’ têxtil

1 Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/IFCS), com Licenciatura concluída pela Faculdade de Educação da UFRJ. É mestre em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP/UERJ) e doutorando pelo mesmo Instituto. E-mail: igorperesjeronimo@gmail.com

clandestino e a ‘villa’: uma discussão sobre o neoliberalismo”, “Entre a cidadania pós-nacional e o gueto: a cidade ‘abigarrada””, “Entre o populismo e as políticas dos governados: governamentalidade e autonomia”.

A opção pela *metodologia fronteira* – que a autora toma emprestada, dentre outros, do pesquisador italiano Sandro Mezzadra – não se resume a um recurso epistemológico. Sem a intenção de datar a investigação mais do que o devido, poderíamos dizer que há um pano de fundo histórico fundamental ao entendimento do livro, fato destacado pela autora diversas vezes ao longo do trabalho. Refiro-me à crise argentina dos anos 2001, cujo resultado mais visível, ao que interessa a seu argumento, foi uma *deterioração sem precedentes do tecido laboral local*, quitando qualquer excepcionalidade ao tema da informalidade e depositando-o no centro de uma agenda de pesquisa tão importante quanto quase inesgotável. Sob a neblina da informalidade, a pesquisadora distingue três pontos espaciais que ajudam o leitor a vislumbrar os cruzamentos e conexões que justificam a imagem da fronteira. Primeiro, *La Salada*, feira argentina caracterizada como a “maior feira ilegal da América Latina”, cuja faturação, segundo os dados do Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (INDEC), estimou-se representar o dobro daquela auferida pelos principais centros comerciais da cidade para o ano de 2009 (p.33). Segundo, os “talleres” têxteis clandestinos, isto é, “não habilitados” – cerca de 20.000 em toda Buenos Aires –, verdadeiros cubículos artesanais onde se replicam condições altamente precárias de trabalho e se sedimentam práticas despóticas que parecem diretamente transportadas do passado mais longínquo ao presente (p.133). Terceiro, as “villas”, principalmente a “villa” 1.11.14, localizada no bairro de Flores, cidade de Buenos Aires, onde vive a maioria dos trabalhadores têxteis cujos produtos são comercializados na mencionada feira.

Tecendo uma cordura firme entre os três elementos encontra-se o *componente internacional* ou, como o chama Gago, pós-nacional. Isso do ponto de vista da circulação de mercadorias, já que com o passar dos anos a *La Salada* transformou-se num gigantesco stock de onde comerciantes de países limítrofes compram produtos para venda: “ali desembarcam cada vez mais micro-ônibus, combis e autos provenientes de Uruguai, Bolívia, Paraguai e Chile” (p. 27). E do ponto de vista da força de trabalho empregada, já que a maioria esmagadora dos trabalhadores dos “talleres” é oriunda da Bolívia, de onde migram com seu destino já hipotecado por “agentes” que se encarregam de sua condução ao local de trabalho, de sua moradia e alimentação, reproduzindo um *modus operandi* cuja dívida estendida por anos é apenas a parte mais aparente. No que tange às “villas”, o quadro não se altera: os estrangeiros também são maioria (p. 235).

Em cada um destes âmbitos – incluídas suas múltiplas zonas de incidência –, a autora busca distinguir dois principais vetores de força: *dinâmicas expropriadoras que respondem ao sistema econômico vigente e contratendências comunitárias que emergem desde o interior daquelas*. Para fazê-lo, a pesquisadora avança o que são as maiores apostas do livro. Primeiro, problematizar uma visão excessivamente unilateral e maniqueísta do tema da informalidade. Gago tenta iluminar outras faces deste tipo de arranjo laboral, questionando os esquematismos correntes que no fundo tenderiam, ainda segundo ela, a vitimizar os atores subalternos. Nesse sentido, argumenta em favor de uma ampliação do conceito de *cálculo*, capaz de apreender não só a razão instrumental mais crua, mas também uma espécie de “oportunismo das massas” lido em chave “positiva”, fruto de uma sabedoria popular genuína. Um cálculo plebeu. Para encalçar esta primeira aposta, a autora defende a necessidade de uma ressignificação do conceito de neoliberalismo. Para ela, dito conceito foi usado para nomear fenômenos mormente vinculados às transformações macroeconômicas, as quais em um período de hegemonia dos assim chamados governos progressistas latino-americanos teriam sido deixadas para trás em prol de políticas com marcada inclinação social. Mas – sugere ela – e se pensarmos o neoliberalismo também como uma *tecnologia de poder* que implica antes de mais nada a conduta mais íntima dos indivíduos. E se pensamos que o neoliberalismo é também um *processo de subjetivação* cujo conteúdo específico é a ideia do sujeito como “empresário de si mesmo”?

Isso é o que Gago propõe chamar de um “neoliberalismo desde baixo” (p. 204). Desde baixo e multifacetado, já que no livro se analisam as políticas contemporâneas de incentivo ao consumo popular como um devir neoliberal. Para a autora, ditas políticas foram capazes de produzir um tipo novo de cidadania, a *cidadania creditícia*, responsável por precipitar amplas camadas populares numa temporalidade existencial governada pelo endividamento (p. 208). Ora – acrescenta –, se esta hipótese faz algum sentido, é urgente e fundamental a reconsideração de um outro conceito, o de extrativismo, cujo uso mais comum tende igualmente a ser dirigido a outro movimento mais amplo, isto é, à tendência à reprimarização das principais economias latino-americanas. A referida reconsideração, argumenta, deve abarcar o fenômeno do *endividamento popular* como um de seus principais eixos e que no caso argentino vai de par com políticas públicas adjetivadas, por seus promotores, como sendo “empoderadoras”. Numa viravolta oportuna para a máquina financeira, a bancarização dos chamados “planes sociales” acaba convertendo-se em garantia para a contração de créditos futuros. Neste contexto, como pensar alternativas? Em um sentido bem preciso, para Gago não há que mover-se. O pior que se poderia

propor em termos de alternativas políticas a dito quadro social consiste em afirmar a preponderância e validade de uma racionalidade política externa à própria prática dos subalternos. É neste contexto que o desenlace do livro se dedica a uma discussão com a teoria política de Ernesto Laclau.

No entender da investigadora, o filósofo argentino, ao reivindicar a ideia de uma “autonomia do político” de corte neo-schmittiano, teria produzido dois efeitos cruciais e complementares: reforçar a ideia de que o conjunto de experiências reivindicativas dos subalternos devem ser entendidos em termos de “demandas” a serem *reconhecidas* pelo Estado, isto é, como meros *momentos* dispersos pela sociedade civil à espera de uma superação propriamente política (o que Laclau chama da formação de um “povo”); e o esquecimento do significado mais profundo do programa de uma crítica da economia política em Marx, isto é, o questionamento da separação rígida entre sociedade civil e Estado. Dito “esquecimento” seria a condição de possibilidade das teorizações sobre uma era pós-neoliberal. Alternativamente, uma política emancipatória, isto é, uma “política dos governados” – para empregar o termo que a autora toma de Partha Chatterjee – deveria poder, sem negligenciar as ambiguidades que são as suas de fato e de direito, contar com suas próprias forças e direcioná-las a conquista de “um espaço-tempo em que as tramas populares possam enfrentar-se a lógicas despossessivas e extrativas cada vez mais velozes e violentas” (p. 304).

Um espaço-tempo próprio aos subalternos é verdade, mas despido de qualquer ilusão sobre seus supostos atributos a-históricos. Um espaço-tempo que possa resistir ao passar dos governos e que possa funcionar como um âmbito de *experimentação* de novos modos de vida. Um espaço-tempo onde possam ser *aniquilados os piores fantasmas da teoria política*. Se esse não é o imperativo adequado a uma política da emancipação que não se confunda com um projeto mais de poder.... qual seria então?

Submetido para avaliação em 4 de Abril de 2017

Aprovado para publicação em 30 de Janeiro de 2018